Instruções aos autores em periódicos de enfermagem: aspectos éticos

Fábio da Costa Carbogim*
Cristina Arreguy-Sena*
Betânia Maria Fernandes*
Denise Barbosa de Castro Friedrich*

Resumo

Divergências de condutas em pesquisas que envolvam seres humanos podem ocorrer. Assim, objetivou-se analisar em vinte e sete periódicos nacionais de enfermagem, nas instruções aos autores, as recomendações éticas para pesquisas envolvendo seres humanos. Trata-se de uma pesquisa exploratória documental. Como resultado, vinte e três revistas (85,2%) exigem aprovação dos trabalhos por Comitê de Ética. Quanto aos aspectos éticos, uma publicação (3,7%) faz referência genérica, três (11%), não fazem referência, dezoito (66,7%) orientam a incluí-los no texto do artigo, quatro (14,8%) exigem carta assinada pelo autor. Quanto aos documentos, dezesseis (59,2%) exigem cópia de aprovação pelo Comitê de Ética, três (11%) não fazem referências, 11 (40,7%) exigem informações dos aspectos éticos incluídos no texto e cópia de aprovação pelo Comitê de Ética. Uma publicação (3,7%) estabelece aspectos éticos incluídos no texto do artigo, cópia de aprovação do trabalho e carta assinada pelo autor. A análise do número de periódicos brasileiros de enfermagem que exigem como condição para apresentação do artigo, o envio de documentos comprobatórios de atendimento às recomendações éticas de investigação com seres humanos e o nível de requerimento para publicação, evidenciou maior rigor quando comparado com os periódicos da área de saúde, apesar da falta de padronização entre os periódicos de enfermagem.

Palavras-chave: Enfermagem. Bioética. Publicações periódicas como assunto.

1 Introdução

Divergências de condutas em pesquisas que envolvam seres humanos podem ocorrer. Sendo assim, é necessário o estabelecimento de regras, princípios e procedimentos uniformes que sejam normatizados para que as infrações éticas sejam evitadas.

A pesquisa com seres humanos no Brasil teve como marco regulatório a Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que, entre outros aspectos, estabeleceu a necessidade da avaliação dos estudos envolvendo seres humanos por um Comitê de Ética em Pesquisa (BRASIL, 2002). A realização de pesquisas na área da enfermagem, em sua grande maioria, caracteriza-se pela participação de seres humanos como sujeitos do estudo, tornando primordial a avaliação prévia do projeto por um Comitê de Ética em Pesquisa, no intuito de garantir a dignidade e a integridade dos sujeitos. Isso porque a história de pesquisas envolvendo seres humanos trilhou caminhos pouco éticos, chegando à perversidade em muitos momentos.

Após as atrocidades ocorridas na Segunda Guerra Mundial e o consequente julgamento dos envolvidos no Tribunal de Nuremberg na Alemanha em 1947, foi elaborado o Código de Nuremberg (MOTTA; VIDAL; SIQUEIRA-BATISTA, 2012). Esse código é considerado um paradigma deontológico mundial e contém determinações a serem seguidas por pesquisas envolvendo seres humanos, com vistas a salvaguardar a dignidade humana (ASTONI JÚNIOR; IANNOTTI; 2012). O Código de Nuremberg compreende tópicos como o consentimento voluntário do participante, esclarecimentos aos sujeitos da pesquisa, a não persuasão à participação, apresentação de resultados vantajosos não possíveis por outros métodos e realização de experimentação em animais antes de aplicá-la em seres humanos. Ressalta a necessidade de minimizar o sofrimento evitável e, na possibilidade de morte, há a recomendação da interrupção da investigação (MOTTA; VIDAL; SIQUEIRA-BATISTA, 2012). Tal fato desencadeou as primeiras regulamentações internacionais de ética em pesquisa com seres humanos (LIMA; MALACARNE, 2009).

Como expõe Costa (2008), a Declaração de Helsinque de 1964, teve por finalidade estabelecer a reaproximação dos médicos aos ensinamentos contidos no Código de Nurembergue, abordando

* Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Enfermagem – Juiz de Fora-MG.. E-mail: fabiocarbogim@yahoo.com.br

o cumprimento dos princípios científicos aceitos e analisar a reputação dos pesquisadores. Assegurou aos sujeitos o esclarecimento sobre os benefícios da pesquisa e sobre os melhores métodos diagnósticos e terapêuticos existentes ao fim do estudo, além da proibição do uso de placebo quando já se conhecessem tratamentos eficazes. Essa declaração sofreu, até o momento, oito revisões, sendo a primeira em Tóquio, em 1975, e a última em Seul, em 2008.

Em 1972, foi descoberto o episódio de Tuskegee, nos Estados Unidos, onde aproximadamente 400 homens negros com sorologia positiva para sífilis não foram tratados, intencionalmente, para que se estudasse a evolução natural da doença. Apesar de no início da pesquisa, no ano de 1932, não existir tratamento, a partir de 1940, quando se descobre a eficácia terapêutica da penicilina, havia evidências suficientes para que a condução da pesquisa fosse imediatamente interrompida. Tal fato, quando descoberto, provocou a reação do governo norte-americano, que criou a comissão de proteção dos seres humanos sujeitos de pesquisas biomédicas e comportamentais (BECA, 2007; KOTTOW, 2008).

Ao final de quatro anos de discussão, a referida comissão publicou o Relatório de Belmont que foi oficialmente adotado em 1978 e tornou-se referência para a discussão bioética em pesquisas envolvendo seres humanos. Nesse relatório, foram identificados três princípios éticos fundamentais para nortear o desenvolvimento de pesquisa: beneficência (não causar danos, maximizar os benefícios diminuindo os riscos), justiça (estabelecer imparcialidade nos critérios de benefícios e riscos) e autonomia (tratar as pessoas sem coação e protegê-las quando vulneráveis) (BECA, 2007; KOTTOW, 2008).

Entre as pessoas vulneráveis, destacamos: bebês, crianças, adolescentes, idosos, internos, pessoas com transtornos mentais, em coma, sob efeitos de drogas e presidiários.

No ano de 1993, em Genebra, o Conselho para Organizações Internacionais de Ciências Médicas (CIOMS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicaram as Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos, corroborando as concepções da Declaração de Helsinque e acrescentando novas considerações. Essas diretrizes ressaltam a necessidade de consentimento pós-esclarecimento individual, com recomendações para crianças, portadores de distúrbios mentais, prisioneiros, comunidades subdesenvolvidas, gestantes e nutrizes e alerta para que não haja indução à participação (LOTT, 2005).

As diretrizes também consideram a necessidade de consentimento da comunidade em estudos epidemiológicos, a avaliação risco-benefício em todos os tipos de pesquisas que envolvem seres humanos, o sigilo dos dados obtidos, a compensação por danos, a revisão ética e científica, além de definirem as obrigações dos países no desenvolvimento da pesquisa (MALAFAIA; RODRIGUES, 2011).

A Resolução nº 196 de outubro de 1996 do Conselho Nacional de Saúde foi o marco da regulamentação na pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil. Ela reafirma documentos nacionais e internacionais, influenciando o Código de Ética de Enfermagem (Conselho Federal de Enfermagem, 2007)e de outras profissões.

Entre os benefícios identificados nas legislações que abordam princípios de segurança e respeito nas investigações envolvendo seres vivos, destacamos a possibilidade de salvaguardar pesquisado e pesquisador, sendo as recomendações internacionais e nacionais dos periódicos científicos estratégias que concorrem para a qualidade da produção científica e para a fiscalização dos preceitos éticos envolvidos no processo da pesquisa (MALAFAIA; CASTRO; RODRIGUES, 2011).

Analisando as recomendações feitas aos autores das revistas brasileiras de enfermagem à luz do cumprimento dos princípios éticos e considerando a exigência, por parte dos editores dos periódicos, para que haja comprovação de que o projeto de pesquisa foi apresentado a um Comitê de Ética previamente credenciado ao Conselho Nacional de Pesquisa, ficamos a nos indagar: quais são as recomendações adotadas pelos periódicos como primeira condição para submissão de artigos? Quais são as lacunas existentes nas recomendações aos autores de Revistas Brasileiras de Enfermagem? Tais indagações se justificam pela possibilidade de os editores suprirem as possíveis lacunas existentes nas recomendações para formulação de artigos, contribuírem para o processo de orientação e atendimento aos preceitos éticos de investigações envolvendo seres vivos e por haver uma escassez desse enfoque nos periódicos. Diante do exposto, analisamos quantos periódicos brasileiros de enfermagem exigem, como condição para submissão do artigo, a apresentação de documentos comprobatórios de atendimento, as recomendações éticas de investigação com seres humanos e o nível de exigência para publicação.

2 Material e Métodos

O material de análise foi reunido através de um levantamento realizado em 20 de novembro de 2010 em sites de periódicos de enfermagem. Como critério de inclusão, optou-se por selecionar revistas nacionais de enfermagem cujo título principal estivesse

relacionado à palavra enfermagem/cuidado, obtendo-se um total de 27 periódicos.

O acesso às 27 publicações se deu por meio eletrônico em novembro de 2010 e reconfirmado em agosto de 2011, exceto no caso de dois periódicos em que o endereço eletrônico estava desatualizado, sendo, portanto, utilizado a forma impressa da revista para avaliação.

Para operacionalizar o processo de análise dos conteúdos existentes nas instruções aos autores, adotamos a proposta de Amdur e Biddle (1997) e Sadenberg e outros (1999):

Os parâmetros analíticos quanto aos aspectos éticos foram seis:

1 Comissão ou Comitê de Ética: periódicos que expõem a necessidade de aprovação e/ou análise dos trabalhos por Comitê de Ética da instituição onde o estudo foi desenvolvido, independentemente de haver outras recomendações;

2 Declaração de Helsinque: periódicos que não expõem a necessidade de aprovação pelo Comitê de Ética da instituição onde o estudo foi realizado, mas que citam a Declaração de Helsinque, independentemente de haver referências a outros aspectos éticos;

3 Requisitos Uniformes: periódicos que fazem referência direta ou indireta às orientações dos "Requisitos uniformes para manuscritos submetidos a revistas biomédicas (RUMSRB)", propostos pelo "Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas", não sendo incluídas nesse grupo as revistas que fazem referência aos RUMSRB somente em relação à apresentação das referências bibliográficas e outros aspectos técnicos;

4 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: periódicos em que a única referência aos aspectos éticos de estudos em seres humanos é a solicitação de obtenção de consentimento do sujeito;

5 Princípios/normas/padrões éticos: periódicos que se referem genericamente a ética, princípios, normas, padrões, etc. e

6 Sem orientação ética: periódicos que não fazem nenhuma referência aos aspectos éticos relacionados à pesquisa em seres humanos.

Os parâmetros analíticos adotados para comprovação do atendimento das recomendações éticas foram cinco:

1 Texto incluído no artigo: periódicos que, de forma explícita, exigem que as informações sobre os aspectos éticos da pesquisa em seres humanos estejam contidas no texto do artigo;

2 Carta assinada: periódicos que exigem carta, declaração ou documento assinado pelo autor informando os aspectos éticos do estudo;

3 Cópia de autorização do Comitê ou Comissão de Ética: periódicos que exigem que seja enviada cópia da autorização da Comissão de Ética da instituição onde o estudo foi realizado, junto com o manuscrito da pesquisa;

4 Subentendido: periódicos em cujas instruções aos autores o editor subentende que o estudo foi realizado dentro das normas, padrões ou princípios éticos, sem a exigência de qualquer outro tipo de informação;

5 Sem referências: periódicos que não possuem informações sobre como os autores dos artigos enviados para publicação devem informar os aspectos éticos da pesquisa.

3 Resultados

A análise das 27 revistas de enfermagem, do ponto de vista das orientações éticas recomendadas para as pesquisas envolvendo seres humanos, permitiu identificar que (Tabela 1): 85,2% das revistas recomendam a necessidade de aprovação e/ou análise dos trabalhos por um Comitê de Ética; 51,8% fazem referência direta ou indireta às orientações dos "Requisitos uniformes para manuscritos submetidos a revistas biomédicas"; 3,7% fizeram referência genérica a aspectos éticos, estabelecendo a necessidade de envio de uma carta ao editor como garantia de que todos os preceitos éticos foram atendidos; 11% não apresentaram recomendações nesta etapa de submissão, e a totalidade das revistas deixou de mencionar a necessidade da explicitação da Declaração de Helsinque, do atendimento ao Código de Nuremberg e do consentimento do paciente. O não atendimento destas últimas recomendações pode ser justificado pelo fato de a submissão a um Comitê de Ética no Brasil ter implícito em seus alicerces conceituais o atendimento dessas recomendações.

Tabela 1

Orientações éticas recomendadas pelos periódicos brasileiros de enfermagem

REVISTAS	Orientações éticas de pesquisas envolvendo seres humanos					
	CEP	DH/CN	ru	tcle	pnp	so
Acta Paulista de Enfermagem	X	-	X	-	-	-
Cogitare Enfermagem UFPR	X	-	X	-	-	-
Enfermagem Atual-Rio de Janeiro	-	-	-	-	X	-
Escola Anna Nery Revista de Enfermagem	X	-	X	-	-	-
Enfermagem Brasil	-	-	-	-	-	X
Nursing	X	-	-	-	-	-
Online Brazilian Journal of Nursing	-	-	-	-	-	X
Revista Baiana de Enfermagem	-	-	-	-	-	X
Revista Brasileira de Enfermagem	X	-	X	-	-	-
Revista Ciência, Cuidado & Saúde	X	-	X	-	-	-
Revista Enfermagem Integrada	-	-	-	-	-	X
Revista da Escola de Enfermagem da USP	X	-	X	-	-	-
Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste	X	-	-	-	-	-
Revista da Sociedade Brasileira Enfermeiros Pediatras	X	-	-	-	-	-
Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro	X	-	X	-	-	-
Revista de Enfermagem UERJ	X	-	X	-	-	-
Revista de Enfermagem UFPE On Line	X	-	X	-	-	-
Revista de Pesquisa: cuidado é fundamental	X	-	-	-	-	-
Revista Eletrônica de Enfermagem	X	-	X	-	-	-
Revista Estima	X	-	X	-	-	-
Revista Gaucha de Enfermagem	X	-	X	-	-	-
Revista Latino-Americana de Enfermagem	X	-	X	-	-	-
Revista Mineira de Enfermagem	X	-	-	-	-	-
Revista Paulista de Enfermagem ABEN-SP	X	-	-	-	-	-
Revista SOBECC - São Paulo	X	-	-	-	-	-
Revista Técnico-Científica de Enfermagem	X	-	-	-	-	-
Texto & Contexto	X	-	X	-	-	-
TOTAL= 27 REVISTAS	23	-	14	-	1	3
	85,20%	-	51,8%	-	3,7%	11%

CEP: Comissã de Ética e Pesquisa

DH/CN:Declaração de Helsinque ou Código de Nuremberg

RU : Requisitos Uniformes

TCLE: Termo Consentimento Livre Esclarecido

PNP: Princípios, normas e padrões SO: Sem orientações éticas

SO: Sem orientações éticas

Fonte — Os autores (2011).

No que tange aos "Aspectos éticos exigidos pelos editores" para que um artigo seja publicado (Tabela 2), foram identificadas as seguintes exigências: 66,7% estabelecem que as informações relativas aos aspectos éticos devem ser incluídas no texto do artigo e localizadas na descrição dos métodos; 18,5% exigem carta ou documento assinado pelo autor, informando sobre o atendimento dos aspectos éticos na investigação; 59,2% dos periódicos exigem cópia do parecer de aprovação emitido pelo Comitê de Ética onde a pesquisa foi apresentada e 11% dos periódicos foram categorizados como "sem referências", uma vez que não continham informações explícitas sobre como os autores devem informar os aspectos éticos da pesquisa. Não foi identificada a categoria subentendido, na qual se infere que a investigação foi realizada prezando os aspectos éticos.

A análise do quantitativo de recomendações éticas adotadas pelos periódicos possibilitou constatar a exigência de mais de um critério, a saber: 40,7% delas solicitavam informações dos aspectos éticos incluídos no texto do artigo e cópia de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética; 11% solicitam cópia de aprovação do trabalho pelo Comitê de Ética e carta ou documento assinado pelo autor detalhando como foi a condução ética de investigação e 3,7% dos periódicos solicitaram informações sobre os aspectos éticos incluídos no texto do artigo, carta ou documento assinado pelo autor detalhando como foi a condução ética de investigação e envio da cópia de aprovação do trabalho pelo Comitê de Ética.

Tabela 2

Aspectos éticos exigidos pelos editores dos periódicos brasileiros de Enfermagem

REVISTAS	Aspectos Éticos Exigidos pelos Editores				
Acta Paulista de Enfermagem	ITA	CA	CAC	SB	SR
Cogitare Enfermagem UFPR	X	-	X	-	-
Enfermagem Atual-Rio de Janeiro	X	-	X	-	-
Escola Anna Nery Revista de Enfermagem	-	X	-	-	-
Enfermagem Brasil	-	-	-	-	X
Nursing	-	-	X	-	-
Online Brazilian Journal of Nursing	X	X	-	-	-
Revista Baiana de Enfermagem		-	-	-	X
Revista Brasileira de Enfermagem	X	-	-	-	-
Revista Ciência, Cuidado & Saúde	X	-	X	-	-
Revista Enfermagem Integrada	-	-	-	-	X
Revista da Escola de Enfermagem da USP	X	X	X	-	-
Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste		X	X	-	-
Revista da Sociedade Brasileira Enfermeiros Pediatras	X	-	-	-	-
Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro	X	-	X	-	-
Revista de Enfermagem UERJ		X	X	-	-
Revista de Enfermagem UFPE On Line	X	-	-	-	-
Revista de Pesquisa: cuidado é fundamental	X	-	-	-	-

Revista Eletrônica de Enfermagem	X	-	X	-	-
Revista Estima	X	-	X		-
Revista Gaucha de Enfermagem	X	-	X	-	-
Revista Latino-Americana de Enfermagem	-	-	X	-	-
Revista Mineira de Enfermagem	-	-	X	-	-
Revista Paulista de Enfermagem ABEN-SP	X	-	-	-	-
Revista SOBECC - São Paulo	X	-	-	-	-
Revista Técnico-Científica de Enfermagem	X	-	X	-	-
Texto & Contexto	X	-	X	-	-
TOTAL= 27 REVISTAS	18	5	16	-	3
%	66,7%	18,5%	59,2 %	-	11%

ITA: Incluído no texto do artigo
CA: Carta Assinada
CAC: Cópia de Autorização do Comitê
SB:Subentendido
SR: Sem Referência

Fonte — Os autores (2011)

4 Discussão

As instruções aos autores, que é onde se evidenciam como são atendidas as estratégias utilizadas para assegurar os aspectos éticos das investigações e quais são essas estratégias, constituem uma primeira aproximação entre o(s) autor(es) e o editor (MORO; RODRIGUES; ANDRÉ, 2011). Elas permitem que as pessoas que apresentam seus trabalhos compreendam o nível de rigor requerido pelo periódico e as concepções políticas de abordagem estabelecidas como pré-requisito para divulgar suas informações científicas. Tal fato demonstra o quão importante é o detalhamento das descrições dos aspectos éticos concernentes à política editorial do periódico.

Quando comparamos as recomendações técnicas e de conteúdo com as recomendações éticas, fica evidente um desequilíbrio, com maior ênfase dada à normatização e à formatação do artigo.

A integração de um ou mais aspectos do processo de cuidar (ensinar, investigar, assistir e administrar) faz com que a maioria das abordagens realizadas em investigação por enfermeiros, quando retratam sua atividade laboral, envolva algum aspecto do cuidado com o ser humano. A presença de 27 periódicos brasileiros retrata o aumento da capacidade de produção de conhecimento da enfermagem, fato que corrobora a relevância desta temática.

Pitak-Arnnop e outros (2010), avaliaram 48 periódicos da área de cirurgia plástica e constataram que somente (8,3%) mencionaram todas as questões éticas envolvidas na pesquisa com seres humanos. Em pesquisa desenvolvida por Moro, Rodrigues e André (2011), foram analisados 208 periódicos de enfermagem e destes um percentual de (47,6%) possuíam recomendações dos editores para inclusão de aspectos éticos nas pesquisas envolvendo seres humanos, enquanto em nossa investigação o percentual foi de (85,2%). Tal discrepância, talvez se justifique pelo tamanho da amostra daquele trabalho, levando em consideração que analisamos apenas 27 revistas.

A maioria dos editores das revistas de enfermagem brasileiras, ao definirem nas instruções aos autores a forma como os aspectos éticos deverão ser apresentados, solicita que tais informações estejam incluídas no texto do artigo, sendo identificada por nós ausência de tal informação em 11% dos casos. Em pesquisa realizada por Malafaia, Castro e Rodrigues (2011) em 109 revistas da área de ecologia e meio ambiente foi constatada presença de tal informação em apenas 5,4% dos periódicos.

Infere-se, dessa forma, que há uma tendência maior de os periódicos de enfermagem em exercer um controle ético em suas pesquisas, fato constatado a partir dos critérios requeridos para submissão de artigos.

5 Conclusão

A responsabilidade dos pesquisadores, desde o encaminhamento do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética até a publicação dos resultados, é intransferível, sendo os preceitos éticos marcos regulatórios que expressam o cuidado e o zelo pela vida humana. Acreditamos, também, que os periódicos, com suas políticas editoriais, podem contribuir com a qualidade da produção científica da enfermagem brasileira, bem como fazer valer o respeito pela vida humana através das exigências éticas para publicação.

Diante do exposto, sugerimos a necessidade de se pensar em uma uniformização das exigências por parte dos editores de periódicos de enfermagem como uma estratégia capaz de favorecer a construção de uma política que subsidie as condições em que a produção científica da profissão deverá acontecer.

Instructions to authors in nursing journals: ethical aspects

Abstract

To verify the instructions to the authors and ethical instructions for research involving human beings in twenty-seven Brazilian nursing journals. This is a exploratory document research. As a Result, twenty-three magazines (85.2%) require that the works are approved by the Ethics Committee. As to the ethical aspects, one magazine (3.7%) makes a generic reference, three (11%) do not make any reference, eigthteen (66.7%) advise that they be included in the text of the article, four (14.8%) require a letter signed by the author. As to the documents, sixteen magazines (59.2%) require a copy of the approval issued by the Ethics Committee, three (11%) do not make any references, eleven (40.7%) require information on the ethical aspects included in the text and a copy of the approval issued by the Ethics Committee. One magazine (3.7%) establishes ethical aspects included in the article text, a letter signed by the author. It is concluded that the publishing policies can contribute to the control of ethical violations in research, strengthening the respect for human life. The analysis of the number of Brazilian journals of nursing that require as a condition for submitting the article, sending documents evidencing compliance with the recommendations of ethical research with humans and the level requirement for publication, showed greater accuracy when compared with the journals health, despite the lack of standardization among nursing journals.

Keywords: Nursing. Bioethics. Periodicals as topic.

Referências

AMDUR, R. J.; BIDDLE, C. Institutional review board approval and publication of human research results. T**he Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 277, no. 11, p. 909-914, 1997.

ASTONI JÚNIOR, I. M. B.; IANNOTTI, G. C. A pesquisa médica em seres humanos, não maleficênicia e autoexperimentação homeopática. **Revista Bioética**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 49-55, 2012. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=646093&indexSearch=ID>. Acesso em: 18 dez. 2012.

BECA, J. P. Bioética: princípios, matizes culturais anglo-americanas, europeus e latino-americanas. In: PESSINI, L. E. et al. (Org.). **Problemas atuais de bioética**. 8. ed. amp. e rev. São Paulo: Loyola, 2007. p. 55-72.

BRASIL. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. In: CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Manual operacional para comitês de ética em pesquisa**. Brasília, DF, 2002. p. 83-100.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 311/2007**. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.portalcofen.gov.br/2007/materias.asp?ArticleID=7323&sectionID=37>. Acesso em: 8 jul. 2011.

COSTA, S. O desafio da ética em pesquisa e da bioética. In: DINIZ, D. et al. (Org.). **Ética em pesquisa**: temas globais. Brasília, DF: Letras Livres: Ed. UnB, 2008. p. 25-52.

KOTTOW, M. História da em pesquisa com seres humanos. In: DINIZ, D. e et al. (Org.). **Ética em pesquisa**: temas globais. Brasília, DF: Letras Livres: Ed. UnB, 2008. p. 53-86.

LIMA, D. F.; MALACARNE, V. Ética em pesquisa envolvendo seres humanos reflexões a partir das experiências da UNIOESTE. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p. 175-205, dez. 2009.

LOTT, J. Populações especiais e vulneráveis. In: DINIZ, D. et al. (Org.). **Ética em pesquisa**: experiência de treinamento em países sul-africanos. Brasília, DF: Letras Livres, Ed. UnB, 2005. p. 70-103.

MALAFAIA, G.; CASTRO, A. L. S.; RODRIGUES, A . S. L. Abordagem ética acercadas pesquisas envolvendo seres humanos nas diretrizes editoriais de periódicos brasileiros da área ecologia e meio ambiente. **Revista Saúde e Pesquisa,** v. 4, n. 3, p. 321- 328, 2011. Disponível em: <http://www.revista.grupointegrado.br/revista/index.php/sabios2/article/viewFile/1308/404>. Acesso em: 18 dez. 2012.

MALAFAIA, G.; RODRIGUES, A. S. L. Um comentário sobre a bioética e a publicação de estudos envolvendo a experimentação humana. **SaBios: Revista Saúde e Biologia,** [Paraná], v. 6, n. 1, p. 67-73, 2011. Disponível em: <http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/sabios2/article/view/836/342>. Acesso em: 18 dez. 2012.

MOTTA, L. C. S.; VIDAL, S. V.; SIQUEIRA-BATISTA, S. Bioética: afinal, o que é isto? **Revista Brasileira de Clínica Médica**, São Paulo, v. 10, n. 5, p. 431-439, 2012.

MORO, J. V.; RODRIGUES, J. S. M.; ANDRÉ, S. C. S. A pesquisa envolvendo seres humanos nas instruções aos autores em revistas científicas nacionais de enfermagem. **Revista Bioética**, Brasília, DF, v. 19, n. 2, p. 543-552, 2011.

PITAK-ARNNOP, P. . Ethical issues in instructions to authors of journals in oral-craniomaxillofacial/facial plastic surgery and related specialties. **Journal of Crânio-Maxillo-Facial Surgery**, Philadelphia, v. 38, no. 8, p. 554-559, 2010.

SARDENBERG, T. et al. Análise dos aspectos éticos da pesquisa em seres humanos contidos nas instruções aos autores de 139 revistas científicas brasileiras. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 295-302, dez. 1999.

Enviado em 3/3/2012

Aprovado em 31/3/2012